

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 152 – 22/06 à 26/06/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Ferramenta de autoavaliação trabalhista recebe primeira atualização por setores](#)

Governo Federal - 26/06/2020

Empresas de telesserviços, construção civil, frigoríficos, de serviços de saúde e supermercados já contam com ferramenta específica para o autodiagnóstico trabalhista em relação às medidas necessárias para evitar a transmissão do coronavírus e combater a covid-19 dentro do ambiente de trabalho. Questionário com tempo de preenchimento de aproximadamente 30 minutos, o autodiagnóstico trabalhista possibilita a identificação da situação básica da empresa, inclusive em relação aos principais riscos de segurança e saúde neste momento de calamidade sanitária.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Prazos processuais do STF ficam suspensos em julho](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/06/2020

Em razão das férias forenses, os prazos processuais no Supremo Tribunal Federal (STF) ficarão suspensos de 2 a 31 de julho, conforme a [Resolução 687](#), editada pelo presidente do Tribunal, ministro Dias Toffoli. Os prazos que se iniciam ou se encerram nesse período ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente. Apesar da suspensão dos prazos, de acordo com a resolução, será mantida a publicação de atos processuais no Diário da Justiça eletrônico do STF.

[STF elege ministros Luiz Fux e Rosa Weber para presidente e vice no biênio 2020-2022](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/06/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) elegeu, nesta quinta-feira (25), o ministro Luiz Fux para presidir a Corte e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2020-2022. A ministra Rosa Weber foi eleita para assumir a Vice-Presidência do Tribunal. A posse está marcada para o dia 10 de setembro.

[Empresa é culpada por submeter empregado a tensão dentro de ambiente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/06/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reverteu o pedido de dispensa feito por um ex-empregado da Vetorial Energética Ltda., em Ribas do Rio Pardo/MS, para rescisão motivada por falta grave da empresa (rescisão indireta). Segundo o colegiado, a Vetorial foi culpada por oferecer um ambiente de trabalho “tenso e indigno” ao negligenciar as ameaças vividas pelo funcionário após a morte de um colega em alojamento.

[Novo tutorial do TST auxilia advogados na identificação para participarem das sessões telepresenciais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/06/2020

Para auxiliar magistrados, advogados, representantes do Ministério Público do Trabalho e servidores do Tribunal Superior do Trabalho nas sessões telepresenciais de julgamento, o TST preparou uma série de vídeos tutoriais para garantir a qualidade e a eficiência das transmissões realizadas por videoconferência. O vídeo divulgado, nessa quarta-feira (24/6), instrui os advogados a colocarem a identificação correta no aplicativo Cisco Webex Meetings antes de acessarem as sessões.

[TST atualiza número de ações relacionadas ao coronavírus na Justiça do Trabalho em todo o Brasil](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2020

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou, nesta quarta-feira (24), levantamento com o número de casos novos de ações originárias nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, de todo o Brasil, com o assunto "Covid-19". No período de janeiro a maio de 2020, foram mais de 8,6 mil novas ações classificadas com o tema. No Tribunal Superior do Trabalho, até o momento, 42 ações tratam do assunto.

[CSJT altera a obrigatoriedade do uso do PJe-Calc para janeiro de 2021](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2020

A presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, editou, nesta terça-feira (23/6), o [Ato CSJT.GP.SG 89/2020](#), que altera para 1º de janeiro de 2021 a data de obrigatoriedade do uso do PJe-Calc para juntar cálculos aos autos dos processos. Anteriormente, de acordo com a [Resolução CSJT 189/2017](#), a data limite para o uso do sistema era 1º de julho de 2020.

[Mãe de empregado acidentado pode pedir indenização relacionada às lesões dele](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/06/2020

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito da mãe de um auxiliar de farmácia da Drogaria São Paulo, em São Paulo (SP), de pedir indenização por danos morais em nome próprio. A empresa contestava o direito dela de requerer o direito, porque o filho não faleceu no acidente. Todavia, segundo o colegiado, o dano causado pelo acidente representou danos morais reflexos em razão dos sofrimentos suportados pelo ocorrido.



Notícias do Executivo

[Pedidos de seguro-desemprego recuam 22,9% na primeira quinzena de junho](#)

Ministério da Economia - 25/06/2020

Os pedidos de seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal, somaram 351.315 na primeira quinzena de junho deste ano. O número representa uma queda de 22,9% na comparação com o registrado na segunda quinzena de maio (455.911) e um aumento de 35% em relação ao mesmo período do ano passado (260.228).

[Portaria disciplina procedimentos relativos ao recurso a embargo em atividades essenciais](#)

Ministério da Economia - 23/06/2020

Publicada na edição desta segunda-feira (22/6) do Diário Oficial da União (DOU), a [Portaria 14.782/2020](#) disciplina os procedimentos para a interposição de recurso administrativo a embargo ou interdição em atividades essenciais. O documento foi assinado pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco.

[Portaria orienta retorno do atendimento presencial no INSS a partir do dia 13](#)

Ministério da Economia - 22/06/2020

Com a publicação nesta segunda-feira (22/6) da [Portaria Conjunta nº 22](#), o governo federal confirma a reabertura das agências da Previdência Social no dia 13 de julho e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial. O atendimento por meio de canais remotos continuará sendo realizado, mesmo após a reabertura das agências.

[Livro da Fundacentro explora universo da toxicologia ocupacional](#)

Fundacentro - 25/06/2020

Uma obra que reúne a experiência na área de toxicologia a partir de estudos nos locais de

estudos nos locais de trabalho, no atendimento a trabalhadores com doenças relacionadas a agentes químicos e na docência. Assim pode ser resumido o [livro digital "Toxicologia ocupacional"](#) do pesquisador aposentado da Fundacentro, José Tarcísio Penteado Buschinelli, que reúne, de forma didática, conceitos de química básica, higiene do trabalho e toxicologia.

[Brasil entra em parceria para produção de vacina contra Covid-19](#)

Ministério da Saúde - 27/06/2020

O governo federal enviou resposta à embaixada Britânica e ao presidente do laboratório AstraZeneca aceitando a proposta de acordo de cooperação no desenvolvimento tecnológico e acesso do Brasil à vacina para Covid-19. O acordo prevê a compra de lotes da vacina e da transferência de tecnologia. Se demonstrada eficácia, serão 100 milhões de doses à disposição da população brasileira.

[Governo Federal lança cartilha sobre trabalho infantil](#)

Ministério da Saúde - 25/06/2020

O Ministério da Saúde, juntamente com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, lança, neste mês de junho, a cartilha '[Consequências do Trabalho Infantil - Os acidentes registrados nos Sistemas de Informação em Saúde](#)'. O material trata das consequências do trabalho infantil na saúde, chamando a atenção especialmente para o risco de acidentes que as crianças e adolescentes estão expostos, buscando informar e mobilizar toda a sociedade para a importância da erradicação desse problema. O trabalho infantil no Brasil é crime e agrava a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, expondo-os a inúmeras situações de risco e a violações graves de direitos humanos.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[TST rejeita recurso da União contra liminar que garante o cumprimento de regras de revisão de normas regulamentadoras](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/06/2020

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou, no último dia 22, recurso da União que pedia a suspensão de liminar que obriga o governo a adotar critérios técnicos para a alteração de normas regulamentadoras (NRs) de saúde e segurança do trabalho. O Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve a liminar após pedir, em ação civil pública ajuizada em abril, o cumprimento de regras previstas na Portaria MTb nº1224/2018, que trata de procedimentos necessários para a elaboração e revisão das normas.

[Covid-19: cartilha do MPT traz cuidados para reduzir contágio no trabalho doméstico](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/06/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) publica, nesta terça-feira (23/06), [cartilha](#) com medidas para reduzir os riscos de contágio por covid-19 entre trabalhadoras e trabalhadores domésticos. O material é voltado para casos em que o trabalho presencial não pode ser suspenso, como o cuidado a idosos que residem sozinhos e a pessoas que necessitem de acompanhamento permanente. Na pandemia, como regra, a instituição defende a liberação da categoria para o cumprimento da quarentena, com a manutenção dos empregos e o pagamento integral dos salários pelos patrões.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 927 – Agora como PLV nº 18, matéria será analisada no Senado Federal](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/06/2020

A Medida Provisória – MP nº 927/2020 aprovada no dia 17 de junho pela Câmara dos Deputados, tramita agora como Projeto de Lei de Conversão – PLV nº 18/2020 no Senado Federal. O conjunto de regras aprovado, supostamente para enfrentar o período da pandemia da Covid-19, é considerado muito ruim para os trabalhadores, uma continuidade da reforma trabalhista. Por essa razão, continua contando com rejeição do movimento sindical e parlamentares de oposição ao governo. O SINAIT se posiciona contrário ao projeto e está unido a centrais e entidades sindicais e da sociedade civil no esforço de derrotar o projeto no Senado.

eSocial

Notícias do e-Social

[Como parcelar o FGTS no eSocial doméstico](#)

Governo Federal (eSocial) - 22/06/2020

Uma das medidas de preservação de emprego e renda durante o período do estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus (Covid-19) foi a possibilidade de prorrogação do pagamento do FGTS dos meses de março, abril e maio/2020 trazida pela Medida Provisória nº 927/20. Com isso, os empregadores domésticos que desejaram puderam [deixar de efetuar o recolhimento do FGTS para seus empregados](#) naquelas competências e agora contam com uma ferramenta que permitirá o parcelamento dos valores em 6 vezes, que serão somados aos pagamentos das guias DAE dos meses de junho a novembro/2020. Você terá até o dia 07/07/2020 para registrar, alterar ou excluir o parcelamento do FGTS.

Outras Notícias

[Gilmar suspende ações trabalhistas que discutem correção monetária](#)

Consultor Jurídico - 28/06/2020

Por vislumbrar a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar para suspender o julgamento de todos os processos em curso na Justiça do Trabalho que discutam o índice de correção a incidir sobre débitos trabalhistas resultantes de condenação judicial— a Taxa Referencial (TR) ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Esses processos envolvem a aplicação dos artigos 879, parágrafo 7º, e 899, parágrafo 4º, da CLT, com a redação dada pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), e do artigo 39, caput e parágrafo 1º, da lei de desindexação da Economia (Lei 8.177/91).

[Se empregador pagou salário-maternidade no acordo, INSS nada deve à ex-empregada](#)

Consultor Jurídico - 25/06/2020

O Instituto Nacional do Seguro Social não tem obrigação legal de pagar salário-maternidade a trabalhadora demitida grávida se esta celebrou acordo trabalhista na sua demissão. Afinal, receber duas vezes o mesmo benefício é enriquecimento ilícito.

[Corregedor sugere medidas para Justiça do Trabalho receber ações sem advogado](#)

Consultor Jurídico - 24/06/2020

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, editou a Recomendação 8/GCGJT para que os Tribunais Regionais implementem medidas para viabilizar a atermação e o atendimento virtual dos jurisdicionados. A atermação consiste no ato de o servidor público passar para o meio formal a reclamação trabalhista apresentada pela parte não assistida por advogado. Esse direito de petição configura o *ius postulandi*, previsto no artigo 791 da CLT.

[Crédito de indenização civil imposto na Justiça do Trabalho é trabalhista, diz STJ](#)

Consultor Jurídico - 23/06/2020

Para a inclusão de uma pessoa no rol dos credores trabalhistas de empresa em recuperação judicial, não importa que a solução da lide que deu origem ao montante a que tem direito dependa do enfrentamento de questões de direito civil, mas sim que o dano tenha ocorrido no desempenho das atividades laborais, no curso da relação de emprego.

[Uso do nexu epidemiológico para definir acidente de trabalho é constitucional](#)

Consultor Jurídico - 22/06/2020

Ao estabelecer o nexu técnico epidemiológico previdenciário (NTEP) como forma de caracterização da incapacidade do segurado como acidentária, a Lei 11.430/2006 fixou parâmetros para a concessão dos benefícios previdenciários, no exercício da competência atribuída ao legislador pelo parágrafo 10º do artigo 201 da Constituição.

[Sentença é anulada porque empresa não pôde juntar documentos em audiência](#)

Consultor Jurídico - 22/06/2020

Parte pode apresentar provas até o encerramento da instrução processual. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou sentença pela qual a 8ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP) condenou o Consórcio Condomínio Shopping Metro Tucuruvi a pagar horas extras a um empregado. O shopping alegou ter sido impedido de juntar documentos durante a audiência, o que, segundo os ministros, poderia ser feito até o encerramento da instrução processual.

[INSS: Juizados mudam regra para EPI e facilitam aposentadoria especial](#)

Jornal Contabil - 23/06/2020

O reconhecimento do direito à antecipação da aposentadoria para trabalhadores expostos aos riscos deverá ficar mais fácil nos JEFs (Juizados Especiais Federais) após nova decisão da TNU (Turma Nacional de Uniformização). Ao concluir o julgamento do tema 213, a Turma decidiu que o segurado do INSS pode recorrer diretamente à Justiça Federal para exigir a aposentadoria especial por insalubridade nos casos em que o benefício foi negado porque o trabalhador utilizava EPI (Equipamento de Proteção Individual).



Atos Normativos

[PORTARIA MC Nº 423, DE 19 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 22/06/2020 Seção I Pág. 14)

- Dispõe acerca da contestação extrajudicial relativa aos indeferimentos de requerimentos de auxílio emergencial, previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, no âmbito da Defensoria Pública da União, por meio de comprovação documental;

[PORTARIA SEPRT Nº 14.782, DE 19 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 22/06/2020 Seção I Pág. 45)

- Disciplina procedimentos relativos ao recurso de embargo e interdição em atividades essenciais, assim consideradas aquelas definidas no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (Processo nº 19964.105643/2020-31);

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT Nº 22, DE 19 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 22/06/2020 Seção I Pág. 64)

- Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73);

[PORTARIA INSS Nº 480, DE 22 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 23/06/2020 Seção I Pág. 26)

- Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei Nº 13.982, de 02 de abril de 2020;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 70, DE 2020](#) (DOU de 25/06/2020 Seção I pág. 05)

- Estabelece a prorrogação por sessenta dias a [Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que “Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mi-

tigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19)”;

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 968, DE 23 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 25/06/2020 Seção I Pág. 62) - Altera a metodologia de cálculo para a formação da reserva de liquidez prevista na Resolução n° 702, de 2012;

[PORTARIA MC N° 428, DE 25 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 25/06/2020 Seção I Extra Pág. 02) - Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020;

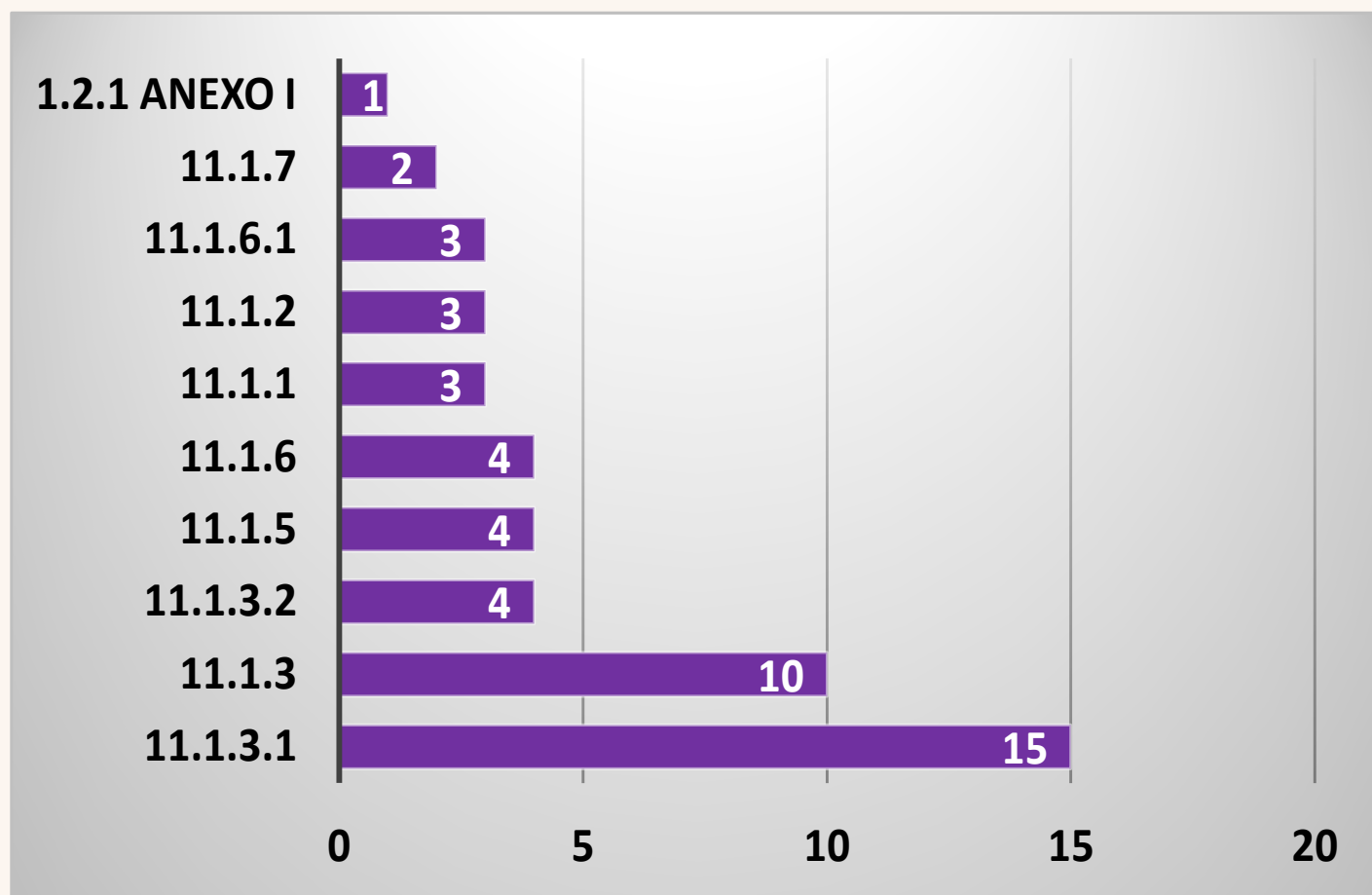
[PORTARIA SEPRT N° 15.018, DE 25 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 26/06/2020 Seção I Pág. 14) - Dispõe sobre a localização das Gerências Regionais do Trabalho e das Agências Regionais das Superintendências Regionais do Trabalho, com as respectivas vinculações administrativas, e desativação de Agências Regionais. (Processo n° 19964.101089/2020-12);

[CIRCULAR CEF N° 915, DE 24 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 26/06/2020 Seção I Pág. 28) - Publica a versão 14 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais) mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Interdição : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

11.1.3.1. Especial atenção será dada aos cabos de aço, cordas, correntes, roldanas e ganchos que deverão ser inspecionados, permanentemente, substituindo-se as suas partes defeituosas.

11.1.3. Os equipamentos utilizados na movimentação de materiais, tais como ascensores, elevadores de carga, guindastes, monta-carga, pontes-rolantes, talhas, empilhadeiras, guinchos, esteiras-rolantes, transportadores de diferentes tipos, serão calculados e construídos de maneira que ofereçam as necessárias garantias de resistência e segurança e conservados em perfeitas condições de trabalho.

11.1.3.2. Em todo o equipamento será indicado, em lugar visível, a carga máxima de trabalho permitida.

11.1.5. Nos equipamentos de transporte, com força motriz própria, o operador deverá receber treinamento específico, dado pela empresa, que o habilitará nessa função.

11.1.6. Os operadores de equipamentos de transporte motorizado deverão ser habilitados e só poderão dirigir se durante o horário de trabalho portarem um cartão

de identificação, com o nome e fotografia, em lugar visível.

11.1.1. Os poços de elevadores e monta-cargas deverão ser cercados, solidamente, em toda sua altura, exceto as portas ou cancelas necessárias nos pavimentos.

11.1.2. Quando a cabina do elevador não estiver ao nível do pavimento, a abertura deverá estar protegida por corrimão ou outros dispositivos convenientes.

11.1.6.1. O cartão terá a validade de 1 (um) ano, salvo imprevisto, e, para a revalidação, o empregado deverá passar por exame de saúde completo, por conta do empregador.

11.1.7. Os equipamentos de transporte motorizados deverão possuir sinal de advertência sonora (buzina).

1.2.1 Anexo I Em todo equipamento deve ser indicado, em lugar visível, a sua identificação, carga máxima de trabalho permitida, nome e CNPJ do fabricante e responsável técnico.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula